

# Relatora aguarda dificuldades no Senado

A relatora do projeto da LDB na Câmara dos Deputados, Angela Amin (PDS-SC), considera que as maiores dificuldades à apreciação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação acontecerão no Senado, quando, na sua opinião, haverá uma verdadeira "disputa" entre as duas Casas. Isso porque tramita no Senado um outro projeto de LDB, de autoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ).

Conhecido nacional e internacionalmente por seu pensamento e sua atuação nas áreas de antropologia e educação, o senador Darcy Ribeiro — um dos fundadores da Universidade de Brasília — não crê em impedimentos para apreciação de seu projeto. Ao contrário, Darcy Ribeiro acredita numa negociação e no estabelecimento de um acordo de lideranças destinado a aceitar al-

guns artigos de seu projeto. Essas emendas seriam aprovadas pelo plenário do Senado e, posteriormente, acatadas na Câmara, encerrando assim uma conturbada discussão para estabelecimento de uma legislação envolvendo a precária educação do País.

Só que na Câmara, os deputados não assimilam todas as emendas do senador Darcy Ribeiro com a tranquilidade que o ex-ministro da Educação de João Goulart encara o problema. Para a deputada e relatora Angela Amin, "o projeto do senador não é de todo ruim". Mas mesmo assim, ela deixou de acolher as 41 emendas encaminhadas pelo PDT ao projeto de Jorge Hage, atualmente em discussão na Câmara.

Em entrevista ao **Jornal de Brasília**, o senador Darcy Ribeiro

enumerou os pontos principais que, a seu ver, não podem ficar de fora do projeto final da LDB e que, atualmente, constam de seu projeto:

1) Ensino básico de dez (10) séries, sendo que apenas as cinco primeiras — ensino fundamental — teriam caráter obrigatório; as demais cinco séries, constantes do ensino médio, não seriam obrigatórias. O senador Darcy Ribeiro acha que o Congresso deve acabar com o ensino fundamental de oito séries, algo que, a seu ver, não deu certo, além de exigir muito das professoras, "mal preparadas";

2) Escola em horário integral, a exemplo do que acontece hoje com os Cieps. Através desse processo, Darcy Ribeiro acredita que a sociedade pode acabar com o menor abandonado;

3) Devolução de autonomia às universidades, para que elas possam gerir seus recursos;

4) Criação de universidades especializadas;

5) Redução da carga horária do professor para 10 horas semanais, obrigatórias;

6) Universidade aberta, ou seja, estudos de seqüência, através dos quais há permissão para que, através do cumprimento de um currículo de cinco matérias, em um estabelecimento de ensino superior, o aluno adquira um diploma de nível superior, fugindo do que o senador chama de "tubos" de ensino profissionalizante.

Em dois pontos, pelo menos, o projeto de Darcy Ribeiro não recebe o aval do PT: no ensino básico de 10 séries e na redução da carga horária para 10 horas. (Z.A.)